

INTELIGÊNCIA, INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO

Kira Tarapanoff (Org.)



Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura



Instituto Brasileiro de Informação
em Ciência e Tecnologia

INTELIGÊNCIA, INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO



BRASÍLIA, AGOSTO DE 2006

Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT

Diretor

Emir José Suaiden

Coordenador Geral de Projetos Especiais

Hélio Kuramoto

Coordenação de Informação e Documentação

Regina Coeli S. Fernandes

Representação da UNESCO no Brasil

Representante da UNESCO no Brasil a.i.

Vincent Defourny

Coordenador Editorial

Célio da Cunha

Comitê para a Área de Comunicação e Informação

Ana Lúcia Guimarães

Célio da Cunha

Maria Inês Bastos

Comitê para a Área de Ciências Naturais

Ary Mergulhão

Bernardo Brummer

Celso Schenkel



**Instituto Brasileiro de Informação em
Ciência e Tecnologia**

SAS, Quadra 5, Bloco H, Lote 6,
Ed. CNPq/IBICT/UNESCO, 5º andar
70070-912 – Brasília/DF – Brasil
Tel.: (61) 3217 6360
CGC: 33.645.831/0023-41



Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura

Representação no Brasil

SAS, Quadra 5, Bloco H, Lote 6,
Ed. CNPq/IBICT/UNESCO, 9º andar
70070-914 – Brasília/DF – Brasil
Tel.: (55 61) 2106-3500
Fax: (55 61) 3322-4261
E-mail: grupoeditorial@unesco.org.br

DIMENSÃO SOCIAL DO CONHECIMENTO

Emir Suaiden e Cecília Leite

INTRODUÇÃO

Quando é que uma sociedade progride? Existe progresso quando as condições de vida dos indivíduos melhoram, quando se avança no desenvolvimento humano. A resposta parece óbvia. No entanto, durante muito tempo foram confundidos indicadores abstratos, que escondem desigualdades e apresentam apenas resultados quantitativos, com o bem-estar das pessoas, o que implica uma avaliação mais profunda na qual os aspectos qualitativos são retratados.

O desenvolvimento científico do século XX, especialmente a revolução tecnológica, gerou nova forma de organização social que se denominou sociedade da informação. A tecnologia baseada em teoria e pesquisas científicas avançadas passaria a dominar o *boom* econômico que caracterizou a segunda metade do século não apenas nos países desenvolvidos, mas introduziu elementos sem os quais a vida diária em toda parte do mundo seria inconcebível. É compreensível que esse processo tenha se tornado um dos objetos mais férteis de reflexão em vários campos do conhecimento.

No período histórico que construímos, a tecnologia com base na ciência ocupa papel central no processo de desenvolvimento das sociedades. É impossível omitir que essa verdade não é uma realidade comum a todos.

Grande parte da população sequer percebe a presença da pesquisa, da ciência ou da tecnologia no seu dia-a-dia. Mais impactante ainda é a constatação de que o compartilhamento do conhecimento, a transferência de tecnologia e a popularização da ciência ainda não são prioridade para quem as produz ou para as instituições que detêm seus direitos e patentes.

Embora em toda a história da humanidade nunca se registrassem mudanças tão rápidas e profundas, uma de suas conseqüências foi a exclusão digital. O resultado desse processo foi o crescimento da massa de marginalizados, que atinge enormes contingentes da população mundial.

Uma sociedade baseada no uso intenso de conhecimento produz simultaneamente fenômenos de maior igualdade e desigualdade, de maior homogeneidade e diferenciação. Resulta, fundamentalmente, em priorizar a democratização do acesso aos meios de produção e disseminação do conhecimento socialmente mais significativo.

À medida que foi democratizado o acesso a informação, surgiram as exigências humanas e tecnológicas que passaram a ser os parâmetros para inclusão ou exclusão nessa sociedade.

A democratização do acesso à informação e sua transformação em conhecimento devem passar por uma educação básica que seja capaz de dotar o conjunto de cidadãos de instrumentos e competências cognitivas necessárias para uma atuação mais crítica, tornando-os, efetivamente, partícipes da sociedade globalizada.

Aprender a aprender representa o passe para a sociedade da informação, e a educação ao longo da vida a construção contínua de seus conhecimentos. Esse novo conceito de educação deve permitir ao indivíduo tomar consciência de si mesmo, de seu entorno e possibilitar a cada cidadão desempenhar sua função social no mundo do trabalho e na vida pública. Mais que nunca a função essencial da educação é conferir a todos a liberdade de pensamento, de juízo, de sentimentos e de criatividade, necessárias para que seus talentos alcancem a plenitude e possam seguir sendo artífices, na medida do possível, de seu destino.

Estamos imersos na sociedade da informação. Nela está presente um novo perfil para o mundo do trabalho. Da produção manual especializada, passamos para uma produção com base nos processos automatizados. Novas exigências revestem também o perfil do trabalhador. Flexibilidade e competência para gerir mudanças são características indispensáveis para o exercício de atividades produtivas, pela exigência cognitiva de sua diversificação.

As novas tecnologias possibilitaram maior interação entre o setor produtivo e os produtores de conhecimento, o que propicia a transformação do conhecimento produzido em inovação, riqueza e desenvolvimento. É incompatível com essa realidade a manutenção de amplos setores da população em situação de desemprego, desnutrição e marginalidade, o que caracteriza um atentado aos direitos humanos. Sem progresso social e estabilidade econômica, não surgem as condições indispensáveis para enfrentar as atuais exigências do desenvolvimento globalizado.

A integração da dimensão humana, tecnológica e social do conhecimento é uma necessidade fundamental e urgente para a reversão do quadro social existente.

O fundo conceitual que delimita a necessidade de reverter o atual círculo de instabilidade social substituindo-a por um círculo virtuoso, de superação de pobreza, estabilidade social e avanço científico e tecnológico, é o grande desafio de todos que pensam a nova sociedade. A geração, o acesso e o compartilhamento do conhecimento são elementos comuns às grandes discussões sobre o tema, presentes nos Relatório Delors (1996)⁴⁹, Pacto Global (1999)⁵⁰, Metas do Milênio (2000)⁵¹, Declaração de Princípios da Cúpula Mundial da Sociedade da Informação de Genebra (2003) e o Compromisso de Tunis (2005).

INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO NA AMÉRICA LATINA DO SÉCULO XXI

Em 1980, a pobreza afetava aproximadamente 38% dos latino-americanos. Em 1990, sofisticando o manejo das categorias e dos instrumentos de medição, a Conferência Regional dos Países da América Latina (Quito, setembro de 1990) estimou em 270 milhões as pessoas vivendo em situação de pobreza na região, isto é, 62% da população. No século XXI, esse problema não está em retrocesso nem constitui uma pequena ilha dentro dos avanços conquistados; infelizmente, agravou-se muito, e as desigualdades sociais aprofundaram-se.

No âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU), tem surgido nos últimos anos uma série de documentos que enfatizam particularmente os conceitos de desenvolvimento humano. Há tempos, tais conceitos fazem parte do acervo de idéias da ONU, porém, sem dúvida, agora adquiriram especial importância, em razão da preocupação generalizada pelos denominados efeitos sociais que a sociedade da informação tem produzido.

49. Coordenador da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI, Delors ressalta três funções relevantes no processo educativo citadas pela Comissão, quais sejam, aquisição, atualização e utilização dos conhecimentos (DELORS, 1999, p. 20).

50. Kofi Anan, secretário-geral da ONU, desafiou as empresas a dar uma face mais humana à globalização. O objetivo: incentivar as empresas a adotar dez princípios relacionados à defesa dos direitos humanos, melhores condições de trabalho, preservação do meio ambiente e combate à corrupção, com vistas à sustentabilidade da economia mundial e a promoção da inclusão social.

51. A Cúpula do Milênio teve como objetivo básico estabelecer as condições mínimas necessárias para o desenvolvimento sustentável global até 2015. Compõe-se de metas como a erradicação da extrema pobreza e da fome, a melhoria da saúde materna, a proteção do meio ambiente e a inclusão social.

Quando se pensa em informação e conhecimento na atualidade, é necessário conceituar valores sob a ótica da educação, da economia e da cultura. É fundamental identificar a dimensão humana, na qual a educação é o cerne da questão; a dimensão tecnológica, na qual o fator econômico tem fundamental importância, e a dimensão social, na qual a cultura se apresenta como resultado das transformações ocorridas na sociedade. O processo de transformação é global, e seus efeitos locais atingem a todos os países direta ou indiretamente, mais ou menos intensamente. Nos países desenvolvidos, a sociedade baseada no conhecimento surge como conseqüência natural do seu desenvolvimento. Nos demais países, ela se impõe de maneira imperativa, independentemente das condições existentes, e acentua as desigualdades.

Na América Latina, em especial no Mercosul, assim como em todos os países em desenvolvimento, é necessária a adoção de estratégias políticas, educacionais e sociais traduzidas em forma de programas e ações que possibilitem a inclusão destas sociedades no mundo globalizado.

A implantação da sociedade da informação no Mercosul é um tema atual e cada vez mais discutido nas estruturas governamentais e nos eventos científicos. A pergunta mais discutida é a seguinte: é possível estabelecer em médio prazo a sociedade da informação na região? Para responder a essa pergunta, é de suma importância analisar as estruturas educacional, econômica e social do Mercosul e, ao mesmo tempo, compará-las com as exigências da própria sociedade da informação.

A sociedade da informação traz no seu bojo os mesmos indicadores das sociedades anteriores, tais como poder aquisitivo, nível educacional e linguagem. O seu diferencial é a necessidade de acesso à informação, seja bibliográfica ou virtual. Quando se analisam as estruturas informacionais, verifica-se que elas são deficientes, porque, com exceção de Brasil e Argentina, não existe uma indústria editorial forte e conseqüentemente um público leitor adequado, o que torna deficiente a formação de conteúdos adequados para essa sociedade.

Quando um país em desenvolvimento importa muitos conteúdos, isto significa um indicador de que ele é dependente e continuará a ser dominado. Não terá uma produção científica e tecnológica adequada ao processo de desenvolvimento, até que essa realidade seja transformada.

Finalmente, podemos dizer que faltam políticas públicas que tratem do problema da inclusão na sociedade da informação na América Latina, que o

núcleo das críticas está na insuficiência das políticas propostas para superar os desafios científicos e tecnológicos a curto prazo e que falta capacidade para programas de ajuste estrutural impulsionarem o crescimento econômico e o desenvolvimento social a longo prazo.

EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO NO BRASIL

A estrutura educacional e social existente na América Latina, no Mercosul e especialmente no Brasil ainda é muito precária e contribui para o alto índice de analfabetismo, desnutrição infantil e desemprego na região. Em muitas localidades, a grande motivação para o aluno frequentar a escola é a merenda escolar, e não o sistema educacional. São poucas as escolas com bibliotecas, e em algumas delas ainda se encontra o professor leigo. Quando há biblioteca, o acervo geralmente é composto de livros didáticos e de referência. São poucos os títulos representativos de literatura infantil e juvenil.

A pesquisa é sempre o lado mais abandonado do sistema educacional, pois na prática ela se baseia na cópia de dicionários e enciclopédias. Quando existe computador, a pesquisa é realizada copiando textos da Internet. Os conteúdos programáticos dos cursos são baseados muitas vezes em apostilas e livros desatualizados. Os professores geralmente são mal remunerados e com baixa estima, o que acaba sendo transferido para os alunos. O que se observa é o compartilhamento do despreparo, da desinformação, da dependência.

Geralmente não existe coordenação pedagógica, há falta de planejamento e diálogo entre os professores, o que inviabiliza a questão da interdisciplinaridade. A formação dos docentes é precária, geralmente não há programas de capacitação adequados. Nos últimos anos, a violência tem crescido assustadoramente nas escolas; já há registro de alunos armados no recinto escolar e de agressão aos professores. Os alunos com melhor poder aquisitivo abandonam a escola pública e passam a utilizar a escola privada.

Os indicadores do fracasso escolar são a falta de capacitação do professor, pois em algumas regiões os professores são leigos; há falta de infra-estrutura de laboratório, biblioteca escolar e conteúdos didáticos adequados para a região. Esses problemas acabam afetando o aprendizado do aluno, que muitas vezes não consegue interpretar um texto mínimo e se organizar intelectualmente para entender matemática e física, por exemplo. Esta cultura da desinformação, da manipulação e da dependência possibilita a concentração de renda, a desigualdade e a exclusão social.

Em rápida análise sobre a dimensão econômica da região, foi possível verificar que tem aumentado, especialmente nos últimos anos, a desigualdade, pois a riqueza é concentrada em uma minoria da população. Estudos recentes comprovam que parte expressiva da população que pertencia à classe média hoje faz parte da classe pobre, pois há um declínio cada vez maior das classes sociais. O alto índice de desemprego estimula o mercado informal, no qual muitas vezes a mercadoria dominante é a pirataria, com total desrespeito à produção intelectual e com a falta de ética em relação aos direitos autorais. Essa realidade, estabelecida pela necessidade de sobrevivência, representa a única forma de acesso a bens culturais para muitos.

Na verdade, a informação ainda não é visível para grande parte da população dos países em desenvolvimento e do Brasil, em particular. Muitas gerações se formaram sem ter a compreensão do que significam acesso à escola, bibliotecas escolares, bibliotecas públicas, bibliotecas infanto-juvenis, teatro, cinema e lazer. Essas instituições foram vistas como instituições de elite e adequadas para uma cultura erudita. No entanto, a biblioteca pode transformar a qualidade de vida das comunidades disseminando informação adequada com a rapidez que os tempos modernos exigem. Esse trabalho deve partir de um diagnóstico bem elaborado sobre as necessidades informacionais da comunidade, para, em seguida, com o auxílio de técnicas de tomada de decisão, elaborar um planejamento estratégico compatível com a realidade local.

Como não conseguimos desenvolver uma cultura bibliográfica, ainda hoje a informação que circula, nesses países, é a informação oral, que é obtida informalmente na igreja, no trabalho, nos meios de comunicação e na escola. Tanta informalidade leva o indivíduo a se acostumar também com a educação informal e posteriormente com o trabalho informal, que são temas totalmente incompatíveis com a filosofia da sociedade da informação e do conhecimento. Na medida em que não existe na região uma política de informação que privilegie a inclusão social, esse papel terá de ser realizado pelo profissional da informação, que deverá trabalhar como mediador para possibilitar o compartilhamento do conhecimento.

A construção de uma nova mentalidade educacional capaz de conceber a complexidade da evolução humana exige mover-se em um grande emaranhado de temas, pesquisas e novos espaços do conhecimento. Assumir que a educação deve acontecer ao longo da vida, que nenhuma aprendizagem é definitiva e que o acesso ao conhecimento não garante a ascensão social modifica profundamente a representação social tradicional que se tem da

educação. É preciso romper o isolamento institucional da escola e redefinir sua relação com outros agentes socializadores, particularmente a família e os meios de informação e comunicação. O papel da escola deve ser definido por sua capacidade para preparar o indivíduo para o uso ativo, consciente e crítico dos meios que acumulam a informação e o conhecimento (TEDESCO, 2000).

DIMENSÃO SOCIAL DO CONHECIMENTO

Quando falamos de dimensão social do conhecimento, estamos identificando um nível de consciência coletiva que exige a melhor distribuição dos saberes e das riquezas geradas pela sociedade. É uma sinalização para a necessidade de diminuir as desigualdades e socializar o bem-estar, a qualidade de vida, a cidadania e a dignidade humana. Nesse sentido é necessária uma grande mobilização da sociedade, com cada órgão, instituição, empresa e indivíduo trabalhando pela equidade social. Dessa forma, é possível pensar na construção de uma nova mentalidade que resultará na formação de uma cultura que represente uma sociedade mais justa, baseada na tecnologia, na informação e no conhecimento solidários. Essa cultura, que se forma a partir da revolução tecnológica, impõe maior responsabilidade social ao governo, às empresas e aos indivíduos partícipes da sociedade globalizada.

Aprofundando a discussão a respeito do conceito de dimensão social do conhecimento, vamos analisá-lo sob o ponto de vista prático, como ele se apresenta na educação, no mercado, no terceiro setor e no governo.

Na educação, a dimensão social do conhecimento se apresenta por meio dos projetos de inclusão digital, desenvolvidos nas escolas, bibliotecas ou em qualquer ação educacional. Nesse caso, é fundamental que o educador tenha clara a sua função de mediador, para que os ensinamentos oferecidos possam ir além dos conteúdos programáticos oferecidos pelos órgãos competentes. É indispensável mostrar aos educandos seu papel no contexto em que vivem na condição de atores sociais do momento histórico que sua geração está construindo. A dimensão social do conhecimento no âmbito da educação, seja ela formal ou não, é insumo e produto da capacidade crítica, competência, comprometimento e compartilhamento dos saberes dos educadores e dos educandos.

A biblioteca deveria ser o grande instrumento da educação, especialmente no que diz respeito ao tema em discussão. Tradicionalmente as bibliotecas são criadas por decretos e absolutamente desassociadas da realidade da

comunidade em que estão inseridas – elas não são visíveis para aqueles cidadãos. Além da invisibilidade, não provocam nenhum impacto social nas organizações que teoricamente deveriam atuar como propagadores e multiplicadores de uma política educacional, cultural e social como o sistema educacional. A maior prova disso é a constante falta de orçamento nas atividades de disseminação da informação.

No âmbito do mercado, é possível se perceber uma movimentação no sentido de tornar visível a dimensão social do conhecimento. As empresas estão se manifestando em relação a essa questão por meio da responsabilidade social, que está cada vez mais presente no *marketing* institucional e nos investimentos em projetos que visam à melhoria da qualidade de vida das comunidades menos favorecidas. São muitos os projetos de inclusão social e digital patrocinados pela iniciativa privada. Outro indicador que ratifica essa afirmação é a maior aproximação entre a academia e as empresas, no sentido de desenvolver pesquisas que agreguem valor aos seus produtos, de maneira a atender melhor às demandas da sociedade. Essa nova postura do mercado é provocada pela dimensão social do conhecimento e constitui uma sinalização de que o setor está atento às mudanças que se processam no íntimo da sociedade brasileira.

No que diz respeito à sociedade, essa dimensão se materializa por meio do chamado terceiro setor⁵²: organizações não-governamentais, organizações da sociedade civil de interesse público⁵³, associações e cooperativas que têm crescido muito nos últimos anos. Essas instituições estão focadas na dimensão social do conhecimento na medida em que seus trabalhos se desenvolvem, de modo geral, a partir do compartilhamento do conhecimento, experiências e saberes na busca da melhoria da qualidade de vida das comunidades em que atuam. É possível observar que o conceito de parceria e seu efetivo exercício foram incrementados e popularizados a partir dessas organizações. O conceito que norteia as empresas sem fins lucrativos é o

52. Assim chamado porque engloba instituições com fins públicos, porém de caráter privado, que não se enquadram, portanto, no primeiro setor (Estado). São regidos pelo direito privado, mas não possuem objetivos mercantis, também não sendo qualificadas como instituições do segundo setor, referente à iniciativa privada e às atividades de mercado. Fazem parte do denominado espaço público não estatal.

53. Organização da sociedade civil de interesse público – forma jurídica criada pela Lei 9790 de 23/03/1999, regulamentada pelo Decreto 3.100 de 30/06/1999, que entrou em vigor apenas no início de 2004. É privativa das entidades que executam diretamente ou prestam serviços intermediários de apoio às organizações com programas nas áreas de promoção gratuita de assistência social, cultura, educação, saúde, segurança alimentar, defesa, preservação e conservação do meio ambiente, voluntariado, desenvolvimento econômico e social.

desenvolvimento sustentável, a qualificação profissional, emprego e renda, educação, ecologia, enfim, todos itens voltados para a melhoria da qualidade de vida na busca da equidade social.

Na esfera governamental, a dimensão social do conhecimento é visível por meio de ações que levam à inclusão social, apoio a projetos que contribuam para melhorar a qualificação do cidadão diminuindo as desigualdades sociais, e o governo eletrônico (e-gov) disponibilizando, via rede, os serviços públicos, sejam federais, estaduais ou municipais, de maneira prática, com baixo custo e de forma democrática. Essas ações deixam claro que a dimensão social do conhecimento, ou seja, a sua apropriação pela sociedade e seu reflexo na formação da cultura social contemporânea estão presentes no planejamento e ações governamentais⁵⁴.

Dimensão social do conhecimento é o compartilhamento do saber produzido e acumulado, de forma acessível, a toda a população, de modo a contribuir para o crescimento individual e coletivo de determinada sociedade.

INFORMAÇÃO, CONHECIMENTO E INCLUSÃO

O cidadão excluído da sociedade da informação é uma pessoa com baixa estima, de olhar cabisbaixo, pouco criativo e extremamente dependente. Ele não tem noção de cidadania e geralmente é explorado pela hegemonia reinante. A sua comunidade é dominada pela desinformação, ou seja, a informação é manipulada, e ele não tem capacidade crítica para tomar decisão.

Para combater esse processo de desinformação e manipulação da informação, as novas tecnologias podem ser grandes aliadas. O que ocorre nos países em desenvolvimento é que um grande percentual da população não tem acesso à tecnologia, nunca viu um computador. Para essas pessoas, o acesso à informação e a compreensão de seus conteúdos devem ser realizados por meio de metodologias adequadas de mediação da informação que se inicia pela alfabetização em informação. Nesse processo de inclusão, a dimensão social do conhecimento é o foco que não se deve perder de vista.

Os índices de violência e falta de segurança em países pobres são cada vez maiores e refletem a desigualdade na região. As instituições que teoricamente

54. O Brasil foi um dos poucos países a elaborar uma norma brasileira sobre responsabilidade social, a NBR 16001, lançada no início de dezembro de 2004, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

deveriam facilitar o acesso à nova sociedade, como a biblioteca e o sistema educacional, por uma série de fatores não conseguem atingir o referido objetivo. Nessa estrutura, o papel do profissional da informação passa a ser de extraordinária importância, desde que se corrijam alguns vícios existentes na própria formação educacional. Até hoje, a maioria das escolas de biblioteconomia e ciência da informação existentes na região não privilegia nem a mediação da informação nem a formação de um profissional que seja um propagador de uma política de leitura e utilização da informação.

A dimensão social do conhecimento trata das mudanças que geram uma nova cultura. Portanto, precisa contribuir para transformar desinformação em conhecimento, despreparo em senso crítico e exclusão em inclusão. Como realizar tão árdua tarefa, em condições tão adversas? Só a tecnologia e as metodologias científicas não dão conta desse desafio. É preciso agregar outros valores que possibilitem a realização do trabalho. Que valores teremos de agregar? Sem dúvida a compreensão, a boa vontade e a solidariedade. Como pensar em tecnologia, computador e toda parafernália tecnológica, se a mente não compreende, o coração não sente e a inteligência não processa? Precisamos aliar pensamento e sentimento, compreensão e satisfação, aprendizado e realização.

Temos de ousar e inovar, tornar a mediação algo mais que uma simples metodologia, a própria expressão do amor pelo trabalho. Habitualmente, usamos o termo amor para relações pessoais, relações mais diretas, de maior intimidade entre pessoas. Quando transcendemos o âmbito pessoal e alcançamos pessoas que conhecemos menos, com quem temos uma relação mais distante, ou que não conhecemos bem, falamos de solidariedade. Ela expressa que essas pessoas são importantes e que estamos dispostos a ajudá-las. Com a solidariedade, participamos de problemas alheios e declaramos que eles também são incumbência nossa. A solidariedade gera confiança, e a confiança tem papel importante no interior dos sistemas sociais. Portanto, é fundamental que nas ações de inclusão esses valores sejam exercitados. Dessa forma, nosso trabalho como construtores de uma nova era para todos terá sucesso.

Há sistemas sociais mais ou menos solidários, mais ou menos divididos, do ponto de vista das relações afetivas que seus membros mantêm entre si. Isso, obviamente, afetará o nível de confiança que esses sistemas apresentam. A confiança é o fundamento de toda relação social que não se sustenta na força. Relações sustentadas na confiança não são, necessariamente, relações

entre iguais. Muitas delas são altamente assimétricas, do ponto de vista da distribuição de poder entre seus membros. Se não há confiança entre um pai e um filho, entre um professor e um aluno ou entre membros de uma mesma equipe, é difícil conceber aí uma boa relação. Sem confiança, tais relações se vêm comprometidas e tenderão a se dissolver.

Nos horizontes que se anunciam, não se aceita mais a exclusão nem o mero contentar-se com a miséria. Inserir os excluídos é a semântica da solidariedade. Sabe-se que a exclusão social resulta de um processo simultaneamente combinado e desigual com a inclusão. Ou seja, o desenvolvimento de um país tende a produzir tanto as condições necessárias para a inclusão como para a exclusão. Mesmo segmentos sociais com maiores níveis de escolaridade que se encontram nos grandes centros urbanos são ameaçados, cada vez mais, pela exclusão do desemprego de longa duração e da grave violência.

No caso brasileiro, não obstante os enormes avanços econômicos ocorridos, o país deixou de realizar reformas e tomar decisões políticas, o que impossibilitou o enfrentamento dos problemas associados à concentração de riquezas e à exclusão social. Em função disso, a manipulação de critérios simplistas, como estar ou não alimentado, ser ou não alfabetizado, ter ocupação com rendimento adequado, passou a se mostrar insuficiente para dar conta do processo de exclusão. Também se tornou inadequada apenas a indicação quantitativa de acesso à educação, ao trabalho, à informação, entre outros, necessitando acoplar a noção de qualidade do acesso aos bens e serviços públicos.

A exclusão é fato constatado, tornado público, e atinge impiedosamente enormes contingentes humanos. Desvelar as condições históricas que a impuseram é um desafio ético inadiável. É preciso criar uma ética para a sensibilidade solidária, para que o interesse da humanidade esteja acima do interesse de indivíduos. Nesse sentido, vale aqui repetir o desafio ético, moral e filosófico proposto por Manfred Eigen, biólogo alemão e ganhador do Prêmio Nobel de Química: o futuro da humanidade não será decidido no nível genérico. Precisamos de um sistema ético de ligação entre todas as pessoas (EIGEN, 1997, p. 33).

Na complexidade da sociedade em que vivemos, surgem valores que passam a caracterizá-la. A inovação é um deles, de fundamental importância, e a criatividade e a inquietação são essenciais para romper as barreiras que protegem a ordem estabelecida e produzir mudanças, sejam elas de cunho social, tecnológico ou cultural.

As mudanças estão muito relacionadas com os valores que a sociedade da informação impõe e com o despreparo das pessoas para enfrentá-las. Estão presentes em todas as atividades humanas, mas só se concretizam a partir da consciência crítica, da capacidade de adaptação e criatividade. Essas são características próprias das pessoas com hábito de leitura e de utilização da informação, o que requer um bom nível educacional.

As organizações têm de mudar para se tornarem mais competitivas, e só conseguem isso se agregarem um valor chamado inovação. A inovação produz novos nichos de mercado e fortalece a construção da sociedade do conhecimento. Mudança e inovação conduzem à geração de emprego e renda, mas contribuem para a ampliação do mapa da exclusão à medida que novas profissões surgem outras desaparecem, e a exigência de maior qualificação é uma constante em todos os setores.

A DIMENSÃO HUMANA DA INFORMAÇÃO: UMA LINHA DE PESQUISA

Para romper as barreiras anteriormente apontadas, foi criada uma linha de pesquisa denominada *dimensão humana da informação*. Esse fato é importante, por ratificar as proposições anteriores sobre a dimensão social do conhecimento. É representativo das mudanças que necessitam acontecer para que se possa construir, com mais competência e rapidez, a ponte de acesso ao conhecimento, que possibilite a travessia do fosso existente entre os países desenvolvidos e aqueles excluídos da sociedade da informação.

Durante mais de uma década e contando com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), foram realizadas investigações sobre o comportamento de populações marginalizadas em relação ao acesso ao livro, à biblioteca e à informação.

Foram iniciadas nos anos 90 pesquisas com metodologias adequadas para comprovar, principalmente, que, para as populações marginalizadas, o acesso à informação não é tão importante quanto a sua compreensão. Para ilustrar, podemos citar o exemplo de moradores de rua que vivem na Praça da Sé, em São Paulo. A informação está disponível para todos na Biblioteca Pública Mario de Andrade, bem próximo daquele local. A possibilidade do acesso é real, mas a falta de compreensão do seu significado a torna invisível.

Grande parte das pesquisas desenvolvidas foi realizada em escolas públicas e constatou-se que biblioteca e informação não são prioridade para o

sistema educacional. Os diretores das unidades de ensino tiveram dificuldade em perceber que o fracasso escolar – representado pela evasão, repetência e formação educacional inadequada – é o maior indicador da falta de disseminação adequada da informação.

O uso indiscriminado do livro didático formou uma geração que não sabe interpretar o texto lido. Foi observado que a pesquisa escolar ficou restrita à cópia de dicionários e enciclopédias e também que a literatura infantil e juvenil não é estimulada como deveria, quando se sabe que o interesse do estudante por esse tipo de leitura deve ser despertado pelo professor e pelo bibliotecário. Programas como “A hora do conto”, por exemplo, nos quais o especialista em leitura promove a motivação necessária para a iniciação à literatura, são fundamentais para a formação de um leitor crítico. Nas avaliações dos projetos, foi possível constatar que esse tipo de acesso à biblioteca é de fundamental importância para a formação de um público leitor e conseqüentemente um caminho viável de inclusão na sociedade da informação. Os projetos mencionados foram desenvolvidos em cidades satélites de Brasília, em regiões carentes do Distrito Federal.

A partir dos resultados obtidos nas pesquisas citadas anteriormente e sob a perspectiva da utilização de recursos tecnológicos, computadores e *softwares* adequados, o trabalho foi ampliado e agregou-se um novo elemento à inclusão social por meio da leitura, a inclusão digital. A técnica da mediação foi agregada à metodologia etnográfica na construção de um modelo de inclusão que viesse ao encontro das necessidades do cidadão excluído, adequado à realidade brasileira. Dessa forma, trabalhou-se no sentido de consolidar um modelo de inclusão social, a partir de uma ação de inclusão tecnológica, com base na mediação da informação, mediação essa aqui compreendida em sua relação mais estreita com a disseminação, transferência e transformação da informação em conhecimento.

Compõe o modelo a criação de um sistema de indicadores que possibilite a medição dos impactos sociais provocados pelas novas tecnologias tanto no processo ensino/ aprendizagem, quanto na formação do cidadão e da comunidade⁵⁵, assim como acompanhamento e avaliação de seus resultados

55. O entendimento da educação comunitária é o de ser *transformadora*, no sentido em que a educação é vista como mediação de um projeto social, capaz de transformar uma comunidade, cultural, social e economicamente. Ela serve de meio para realizar um projeto de sociedade. Propõe-se a desvendar as competências próprias e limitações da comunidade e a partir destas trabalhar realística e criticamente por sua transformação.

em um período mínimo de 12 meses. Outro ponto importante foi identificar, na atuação do profissional da informação que atende à escola, especialmente o bibliotecário, e do monitor que atende à comunidade, em quais momentos e em que medida a mediação da informação se faz presente e é determinante daquela atividade. Esse modelo se concretizou na Escola Digital Integrada (EDI) e no conceito dos Centros de Integração Social e Tecnológica (Cistec).

CONCLUSÃO

Ao longo da história da humanidade, o homem vem incorporando os novos inventos para melhorar sua qualidade de vida. Lamentavelmente, estes avanços não têm chegado de igual modo a todas as pessoas. As desigualdades e injustiças sociais têm sido e são uma constante na história do gênero humano.

O conceito de Terceiro Mundo surgiu para referir-se ao mundo subdesenvolvido em contraposição às sociedades mais ricas, que formariam o Primeiro Mundo. O Segundo Mundo seria formado pelos países do bloco de economia socialista estatal. Hoje já começa a surgir a idéia de Quarto Mundo⁵⁶, composto pelas manchas negras da exclusão existente em todo o planeta, presente em cada país e em cada cidade, nesta nova geografia da exclusão social.

O conceito de exclusão social tem sido adotado, de forma crescente, para dar conta de um fenômeno que se manifesta de maneira cada vez mais complexa. Nos horizontes que se anunciam, não se aceita mais a exclusão nem o mero contentar-se com a miséria. Inserir os excluídos é a semântica da solidariedade. No entanto, as atividades anti-solidárias ainda encontram eco e condições favoráveis à sua proliferação. Remam contra essa corrente as apostas no atual desenvolvimento tecnológico e nas redes interativas que o acompanham, multiplicando-as em redes de solidariedade.

A dimensão social do conhecimento tem um papel central nesse processo. Ela representa a aliança entre a academia, o governo, a iniciativa privada e a sociedade civil organizada. O papel da academia é fomentar a pesquisa, criar fundamentação teórica, desenvolver metodologias adequadas e produzir conhecimentos que contribuam para a solução dos problemas nacionais.

56. Países menos desenvolvidos, países formados em pequenas ilhas, países altamente endividados, territórios sob ocupação, países que se recobram de conflitos ou de desastres naturais e outros. (WSIS-03/GENEVA/DOC/4-E)

O papel do governo é formular políticas públicas, criar infra-estrutura para favorecer a inclusão social e a disseminação do conhecimento. O papel da iniciativa privada é o resgate da sua responsabilidade social. O papel do Terceiro Setor é facilitar as ações de todos os atores anteriormente citados.

Essa é a única aliança possível capaz de gerar sinergia suficiente para implementar uma política de justiça social, criar uma consciência solidária para minimizar as desigualdades e ampliar a sociedade da informação no Brasil.

Neste capítulo, mencionamos pesquisas desenvolvidas no âmbito do Departamento de Ciência da Informação da Universidade de Brasília que consolidam a compreensão de que, em um modelo de desenvolvimento marcado pelas desigualdades, fica claro que a revolução tecnológica poderá agravar ainda mais a exclusão social, se não for adequadamente conduzida. A tese defendida é que não basta enviar computadores para as populações marginalizadas, é preciso oferecer uma proposta adequada de mediação da informação considerando as características comunitárias.

O trabalho com comunidades marginalizadas exige muito esforço, compreensão, liderança e a utilização de metodologias adequadas. A falta de leitores, de cidadãos críticos, segundo os sociólogos, ocorre pelo fato de termos passado rapidamente de uma cultura oral para uma cultura audiovisual, o que enfatiza a necessidade do mediador no processo de inclusão.

Essa breve retrospectiva evidencia a dimensão social do conhecimento que se traduz pela integração da sua dimensão humana e tecnológica, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento social de toda a nação. Quando uma sociedade não tem espírito crítico para se rebelar contra a falta de políticas e estruturas informacionais, só resta o apoio decisivo dos profissionais da informação para mudar a situação existente.

Nossa proposta coaduna-se com as novas diretrizes reafirmadas no Compromisso de Tunis da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação, no que afirma o desejo e compromisso de construir uma sociedade da informação centrada no indivíduo, inclusiva e orientada para o desenvolvimento (WSIS-05/TUNIS/DOC/7-E).

REFERÊNCIAS

- CASTELLS, M. Flujos, redes e identidades: una teoría crítica de la sociedad informacional. In: CONGRESO INTERNACIONAL. NUEVAS PERSPECTIVAS CRÍTICAS EN EDUCACION, Barcelona, 1994. *Actas...* Barcelona: Paidós, 1994, p. 25.
- CASTELLS, M. *The Power of Identity: the information age: economy, society and culture*, v. 2. Oxford: Blackwell, 1997. p.103.
- DELORS, J. (Coord.). *Educação: um tesouro a descobrir; relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI*. 4. ed. São Paulo: Cortez; Brasília: MEC : UNESCO, 2000.
- EIGEN, M. O que restará da biologia do século XX? In: MICHEL, P. M.; O'NEIL, L. J. (Orgs). *O que é vida? 50 anos depois*. São Paulo: Unesp, 1997.
- LÉVY, P.; AUTHIER, M. *A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço*. São Paulo: Loyola, 1998. p. 65.
- OLIVEIRA, C. L. *Biblioteca pública, centro convergente das aspirações comunitárias: serviço de informação à comunidade nas bibliotecas públicas do Distrito Federal*. 1996. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Brasília. p. 77.
- _____. *A revolução tecnológica e a dimensão humana da informação: a construção de um modelo de mediação*. 2002. Tese (Doutorado) - Universidade de Brasília.
- SUAIDEN, E. A biblioteca pública no contexto da sociedade da informação. *Ciência da informação*, v. 20, n. 2, p. 52-60, 2000.
- _____. El impacto social de la lectura. *De Antología*. Bogotá: Asociación Colombiana de Lectura y escritura, v. 2, p. 81-90, 2003.
- _____. The social impact of public libraries. *Library Review*, v. 52, n. 8, p. 379-387, 2003.
- TARAPANOFF, K.; SUAIDEN, E.; OLIVEIRA, C. L. Funções sociais e oportunidades para profissionais da informação. *Datagramazero Revista (eletrônica) de Ciência da Informação*, v. 3, n. 5, 2002.
- TEDESCO, J. C. Educación y sociedad del conocimiento. *Cuadernos de Pedagogía*, n. 288, p. 82-86, 2000.
- WORLD SUMMIT ON THE INFORMATION SOCIETY, Geneva, 12 December, 2003. *Declaration of Principles*. Geneva: UN/ITU, 2003. (Doc. SISI-03/GENEVA/DOC/4-E).
- _____. Tunis, 18 November, 2005. *Tunis Commitment*. Tunis: UN/ITU, 2005. (Doc. WSIS-05/TUNIS/DOC/7-E).